



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Inquérito Civil nº 1.30.001.001121/2024-50

RECOMENDAÇÃO Nº 5/2025

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, pelo Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, especificamente nos artigos 127 e 129, incisos II, da Constituição da República e no artigo 6º, inciso XX, da Lei Complementar n. 75/93;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente e possui o dever de defender a ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais, conforme preceitua o art. 127 da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO que é atribuição do Ministério Público Federal promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social e ainda “expedir recomendações”, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis” (art. 129, III, da



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro
Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Constituição Federal e art. 6º, VII, *b*, e XX, da Lei Complementar n. 75/93);

CONSIDERANDO as atribuições da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, nos termos da Portaria PR/RJ nº 663/2022;

CONSIDERANDO que a memória está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, ao passo que a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais¹;

CONSIDERANDO que, em sociedades marcadas por atrocidades massivas e graves violações de direitos humanos, as iniciativas de valorização da memória consistem em projetos e processos que elaboram a história que nós contamos sobre o nosso passado, as quais nunca se referem apenas ao passado, mas também ao nosso presente e futuro, com vistas a prevenir que novas violações de direitos humanos venham a ocorrer;

CONSIDERANDO que a Assembleia Geral da ONU sublinha que o direito à verdade é um direito humano fundamental, pleno e completo, englobando a possibilidade de conhecimento, pela população de um país, de sua história, em especial dos eventos que digam respeito a graves violações de direitos humanos, crimes de guerra, genocídio ou crimes contra a humanidade, como forma de consolidar a paz e evitar a repetição dessas violações no futuro (A/RES/68/165);

CONSIDERANDO que o direito à memória está implícito na ordem constitucional, decorrente dos princípios constitucionais da publicidade (art. 5º, LX), do direito à informação (art. 5º, XIV) e do próprio primado da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III);

¹ NORA, Pierre. *Entre memória e história: A problemática dos lugares*. Trad. Yara Aun Khoury. Proj. História, São Paulo, 10, jul/dez, 1993, p. 07-28.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

CONSIDERANDO que “o direito à memória indica a necessidade de recordar tais fatos gravosos, sinalizando de modo coletivo para o seu repúdio, mediante gestos, feitos e políticas que aportam na dimensão cultural e simbólica e na representação cívica do passado ausente, tentando escapar da aparição desse passado como sintoma de repetição não devidamente purgado e catalisador do caráter mimético da violência²”;

CONSIDERANDO que, além de um direito à memória, é possível falar em um *dever de memória* por parte do Estado, sendo certo que o acesso às narrativas apagadas das vítimas das violências perpetradas pelo regime militar é uma questão de justiça;

CONSIDERANDO que o racismo no Brasil produziu diversas formas de perseguição e marginalização da população negra, mesmo após a abolição da escravidão, por meio de diferenciações físico biológicas ou da constituição de uma memória social³, e que as ditaduras do século XX (notadamente nos períodos de 1937-1945 e 1964-1985) causaram diversas violações de direitos humanos, desaparecimentos forçados, tortura e mortes decorrentes de perseguição política a grupos e pessoas que se insurgiam contra os respectivos regimes;

CONSIDERANDO que, após contextos de graves violações de direitos humanos, é preciso que o Estado adote medidas de justiça de transição, marcada por “processos e mecanismos, jurídicos ou não, por meio dos quais uma sociedade procura superar o legado de um passado marcado por violações e abusos de direitos humanos em

² SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. Dever de memória e a construção da história viva: a atuação da Comissão de Anistia do Brasil na concretização do direito à memória e à verdade. SANTOS, Boaventura de Sousa, PIRES JUNIOR, Paulo Abrão, MACDOWELL, Cecília et TORELLY, Marcelo D. *Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro*. Estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2010, 186.

³ CUNHA, Olivia Maria Gomes da. *Intenção e gesto: Pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002, p. 529.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

larga escala⁴”, com base em pilares como *accountability*, justiça e reconciliação;

CONSIDERANDO que, nesse sentido, a construção de memoriais, a proteção de lugares de memória e formação de museus constituem iniciativas de *memorialização* voltadas não apenas às vítimas diretamente atingidas, mas também à sociedade como um todo, pois representam um reconhecimento público de um passado violento⁵;

CONSIDERANDO que a política de lugares de memória pode contribuir para a prevenção de atrocidades massivas⁶ e funciona como medida de reparação e prevenção;

CONSIDERANDO que o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), aprovado pelo Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, estabelece como Diretriz 24 a preservação da memória histórica e a construção pública da verdade, as quais compreendem a tarefa de identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionadas à prática de violações de direitos humanos, suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade (com redação dada pelo Decreto nº 7.177, de 12 de maio de 2010);

CONSIDERANDO que esta PRDC recebeu, em 06/03/2024, representação do Coletivo Memória, Verdade, Justiça e Reparação do Rio de Janeiro (evento 1) para que fossem adotadas medidas com o fim de dar destinação como espaço de memória ao prédio situado na Rua da Relação, nº 40, onde estiveram sediadas diversas agências estatais

⁴ MCARTHUR, Fabiana Godinho. Justiça de Transição: o caso brasileiro. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Revista anistia política e justiça de transição, n. 7, 2012, p. 78.

⁵ SOARES, Inês Virgínia Prado; QUINALHA, Renan Honório. *Lugares de memória no cenário brasileiro da justiça de transição*. Revista Internacional de Direito e Cidadania, n. 10, p. 75-86, junho/2011, p. 79.

⁶ WHIGHAM, Kerry E. (2017). Remembering to Prevent: The Preventive Capacity of Public Memory, *Genocide Studies and Prevention: An International Journal*: Vol. 11: Iss. 2: 53-71.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

responsáveis por graves violações de direitos humanos;

CONSIDERANDO que o imóvel da Rua da Relação, nº 40, foi construído na década de 1910 para abrigar a sede central da polícia no Distrito Federal, de onde partiram ordens e políticas que materializaram a criminalização da população negra na cidade, por meio do enquadramento em *vadiagem* e *capoeiragem* e da perseguição das religiões de matriz africana e de seus praticantes, as quais viabilizavam a apreensão de seus objetos sagrados, cuja liberação só foi possível no ano de 2020, após a Campanha Liberte Nosso Sagrado e atuação de diversas instituições, entre elas o MPF;

CONSIDERANDO que no espaço também se organizou a chamada polícia política, cuja regulamentação remonta ao início do século XX⁷, mas cuja estruturação se deu a partir da década de 1920 e levou à criação do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), em 1962⁸;

CONSIDERANDO que, segundo a Comissão Nacional da Verdade e outros estudos, agentes do DOPS estiveram envolvidos no assassinato de Reinaldo Silveira Pimenta, Marcos Antônio da Silva Lima, Carlos Eduardo Pires Fleury, Marcos Pinto de Oliveira, Lígia Maria Salgado Nóbrega, Maria Regina Lobo Leite de Figueiredo, Wilton Ferreira, Edu Barreto Leite, Luiz Paulo da Cruz, Cloves Dias de Amorim e Luiz Carlos Augusto, Alberto Aleixo, Caiupy Alves de Castro e Raul Amaro Nin Ferreira⁹;

⁷ O Decreto nº 3.640, de 14 de abril de 1900 já tratava do tema em seu art. 3º: “A polícia é judiciária ou criminal, administrativa e política. As duas primeiras incumbem a todas as autoridades policiais, pela forma adequada discriminada; a polícia política compete privativamente ao chefe de polícia, de acordo com as ordens e instruções do Ministro da Justiça”.

⁸ A polícia política foi organizada em um setor específico após o Decreto nº 14.079, de 25 de fevereiro de 1920, tornando-se função específica da 4ª Delegacia Auxiliar na capital federal em 1922 e passando a ser órgão especial após 1933 (Delegacia Especial de Segurança Política e Social) até 1942. Em 1944, a DESPS se tornou a Divisão de Política e Social (DPS), que em 1962 passaria a ser o Departamento de Ordem Política e Social, mais conhecido como DOPS (Lei nº 263, de 24 de dezembro de 1962).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

CONSIDERANDO que a representação que deu origem ao presente inquérito narra o abandono do imóvel e seu precário estado de conservação, além de mencionar que ainda existe documentação referente ao DOPS no imóvel, a qual está acumulada em sacos de lixo, sem a devida identificação e armazenamento com vistas à preservação histórica;

CONSIDERANDO que, com base na representação, foi instaurado o Inquérito Civil nº 1.30.001.001121/2024-50, com o seguinte objeto: “Adoção de medidas para a instalação de centro de memória no prédio do antigo DOPS, localizado na Rua da Relação nº 40” (#16);

CONSIDERANDO que, em 17/06/2024, o MPF realizou visita técnica ao prédio, ocasião em que foi constatado o péssimo estado de conservação do imóvel e a necessidade urgente de medidas que permitam a separação, análise e destinação de documentação histórica oriunda do DOPS ao Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), nos termos da Lei Estadual nº 2.027, de 29 de julho de 1992;

CONSIDERANDO que a Lei Estadual nº 2.027/1992 estabelece que a transferência de fichas e documentos do extinto DOPS abrange todos os processos instaurados, concluídos ou não, bem como os documentos relacionados às investigações realizadas, tenham estas se transformado ou não em processos (art. 2º), ficando garantida a consulta a quaisquer cidadãos interessados (art. 3º);

CONSIDERANDO que o MPF realizou, desde então, diversas reuniões com a Secretaria de Polícia Civil (SEPOL), o Ministério de Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Arquivo

⁹ PRADAL, Fernanda Ferreira. A “justiça de transição” no Brasil: o caso do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do Rio de Janeiro. 2017. 229f. Tese (Doutorado). Faculdade de Direito, PUC. Rio de Janeiro, 2017, p. 73.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), o Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM) e o Coletivo RJ Memória Verdade Justiça e Reparação, com vistas a estabelecer frentes de trabalho voltadas a duas finalidades principais, quais sejam: i) garantir o recolhimento de documentação ainda presente no DOPS para o devido tratamento pelo APERJ; e ii) esclarecer a titularidade do imóvel para assegurar a implantação de centro de memória;

CONSIDERANDO que, em relação à primeira frente de trabalho, houve um processo de conciliação muito bem-sucedido, que contou com a colaboração permanente da SEPOL e a contribuição de grupo de trabalho (GT DOPS) que foi instituído no presente inquérito a partir de 04/07/2024, o qual se dedicou a avaliar o interesse histórico da documentação para “preservar a memória coletiva de acervo que testemunha o período da intensa perseguição política, violação de direitos humanos e práticas de tortura, com resquícios até os dias de hoje” (#197), estando os trabalhos atualmente em fase de conclusão, prestes a serem devidamente recolhidos pelo APERJ, na forma da lei;

CONSIDERANDO que, em relação à segunda frente, relativa à titularidade do imóvel, o MPF realizou apuração ao longo deste inquérito e procurou obter informações junto aos órgãos competentes acerca dos registros concernentes ao imóvel, eventuais negócios jurídicos celebrados e usos conferidos ao prédio;

CONSIDERANDO que o Estado do Rio de Janeiro informou que o imóvel está cadastrado no Sistema de Patrimônio Imóvel do Estado do Rio de Janeiro – SISPAT sob o FIP nº 5495, com endereço na Rua da Relação nºs 38 e 40, e foi transferido pela União em 19 de julho de 1965 ao antigo Estado da Guanabara e, por conseguinte, ao Estado do Rio de Janeiro, porém não foi levado a registro, tendo permanecido em nome da União (Of.SECC/SUBGAP Nº323 - #120 e anexos);



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

CONSIDERANDO que a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), informou (#148) que o imóvel foi objeto de Termo de Transferência ao Estado da Guanabara (DOC 45956039), registrado no Livro 7-A da SPU, fls. 27-28v, com base no art. 3º da Lei nº 3.752, de 14 de abril de 1960, que tratou, no contexto de mudança da capital da República, da transferência ao Estado da Guanabara de serviços públicos de natureza local até então prestados ou mantidos pela União¹⁰;

CONSIDERANDO que a cláusula quinta do Termo de Transferência estipula que “embora seja definitiva a transferência, fica entendido que, se porventura os serviços instalados no imóvel em causa vierem a ser extintos ou retornarem ao âmbito federal, se verterá igualmente o imóvel ao patrimônio da União”;

CONSIDERANDO que, segundo a lei geral vigente à época, a cessão de imóveis federais aos Estados poderia ser feita mediante termo ou contrato, de que expressamente constariam as condições estabelecidas, tornando-se nula a cessão, independentemente de ato especial, “se ao imóvel, no todo ou em parte, for dada aplicação diversa da que lhe tenha sido destinada” (art. 126 do Decreto-Lei nº 9.740, de 5 de setembro de 1946);

CONSIDERANDO que a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, embora tenha revogado o dispositivo, manteve a sua essência ao dispor que a cessão de imóveis da União será autorizada em ato do Presidente da República e se formalizará mediante termo ou

¹⁰ Art. 3º Serão transferidos ao Estado da Guanabara, na data de sua constituição, sem qualquer indenização, os serviços públicos de natureza local prestados ou mantidos pela União, os servidores neles lotados e todos os bens e direitos neles aplicados e compreendidos.

§ 1º Os serviços ora transferidos e o pessoal neles lotado, civil e militar, passam para a jurisdição do Estado da Guanabara, e ficam sujeitos à autoridade estadual, tanto no que se refere à organização desses serviços, como no que respeita às leis que regulam as relações entre esse Estado e seus servidores. Incluem-se nesses serviços a Justiça, o Ministério Público, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, os estabelecimentos penais e os órgãos e serviços do Departamento Federal de Segurança Pública, encarregados do policiamento do atual Distrito Federal.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

contrato, do qual constarão expressamente as condições estabelecidas, entre as quais a finalidade da sua realização e o prazo para seu cumprimento, e tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada aplicação diversa da prevista no ato autorizativo e consequente termo ou contrato (art. 18, § 3º);

CONSIDERANDO que os termos, ajustes ou contratos relativos a imóveis da União possuem, para qualquer efeito, força de escritura pública (art. 74 do Decreto-Lei nº 9.760/46);

CONSIDERANDO que, desde a doação, o imóvel nem sempre foi destinado a atividades policiais e, nos últimos 15 anos, deixou de ser destinado a qualquer atividade, policial ou não;

CONSIDERANDO que o Estado alega que o imóvel estaria afetado à SEPOL em razão da celebração de termo de entrega e recebimento do imóvel em 22 de setembro de 2006, por prazo indeterminado, junto à Secretaria de Segurança Pública – SESEG, atual Secretaria de Estado de Polícia Civil – SEPOL (#120);

CONSIDERANDO que, ausente qualquer utilização para atividades típicas da SEPOL, não se pode reconhecer afetação a este órgão, de modo que o representante do ente federativo possuidor deve ser a Subsecretaria de Gestão Administrativa e Patrimonial (art. 27 da Lei Complementar nº 8, de 25 de outubro de 1977¹¹);

CONSIDERANDO que, após análise dos registros e transferências relacionados ao imóvel, é possível concluir que o prédio pertencia à União e foi doado ao

¹¹ **Art. 27** - Os imóveis do Estado aplicados no serviço público serão utilizados exclusivamente nas atividades de competência da repartição sob cuja guarda estiverem, revertendo à plena administração do órgão gestor, independentemente de ato especial, uma vez cessada aquela utilização.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

Estado do Rio de Janeiro na década de 1960, mediante o encargo de ser destinado à atividade policial e da obrigação de preservação do prédio, o que não vem ocorrendo há mais de quinze anos. Por essa razão, **o imóvel deve ser revertido ao ente federal;**

CONSIDERANDO que, ao contrário do que prevê o termo de doação da União para o Estado, o art. 62 da Lei Complementar Estadual nº 204/2022¹² corrobora a intenção deste ente em dar destinação diversa ao imóvel, violando o compromisso firmado com o ente federal, o que reforça a necessidade de reversão;

CONSIDERANDO que nas reuniões deste inquérito, tanto a União como o Estado indicaram a necessidade de solução definitiva, uma vez que a falta de definições sobre titularidade tem prejudicado a adoção de medidas concretas de preservação;

CONSIDERANDO que, em 04/07/2024, a SEPOL afirmou o seguinte (cf. Ata de reunião - #61. p. 2):

Mostra-se aberta ao debate sobre as possibilidades de destinação do imóvel e entende que, caso se defina que o imóvel ficará com o Estado e afetado à SEPOL, adotará as medidas cabíveis para buscar recursos para viabilizar a execução de seu projeto para destinação da área. Caso se chegue a uma outra proposta ou solução, como a destinação do imóvel à União ou a outro ente, a SEPOL não manifesta oposição, mas gostaria que de alguma forma fosse reservado um espaço para a contar a sua história.

CONSIDERANDO que, na mesma reunião, a União, por meio do MDHC manifestou “interesse em buscar acordo com o governo do Estado para a destinação do espaço e buscar formas de financiamento para transformá-lo em um lugar de memória” (Ata de reunião - # 61, p. 2), o que foi reiterado em 07/08/2024 (# 106);

¹² Art. 62. A Polícia Civil cultuará a sua memória desenvolvendo estudos e pesquisas, e divulgará a sua história e participação social através de atividades culturais que a integrem à sociedade, mantendo na Rua da Relação nº 40, Centro, Rio de Janeiro, o Centro Cultural da Polícia Civil – CCPC.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

CONSIDERANDO o teor do PARECER n. 472/2024/GAB/CONJUR-MDHC/CGU/AGU, no qual a Consultoria Jurídica do MDHC conclui que **“as condições da transferência não existem mais, devendo o imóvel em questão passar para o patrimônio da União”**, de modo que **“a melhor solução possível seria a transferência inequívoca do domínio e posse do imóvel à União de forma consensual e negociada entre as partes”** (itens 11 e 12 do #168.3);

CONSIDERANDO o que consta do Processo nº 0379992-17.2009.8.19.0001, que tramita na Justiça Estadual do Rio de Janeiro, no qual se apontou o péssimo estado de conservação do imóvel em 2009, agravado pelo impacto de obras em imóvel vizinho, e a falta de soluções para a recuperação adequada do imóvel desde aquela época (#95);

CONSIDERANDO que o prédio foi tombado provisoriamente pelo INEPAC em 1987 (#31.1), com base no seu valor histórico e arquitetônico e especialmente com fundamento na celebração das vítimas da violência do Estado que sofreram torturas naquele espaço (Ofício nº 16/INEPAC/87 – Processo E-18/300071/87):

1. A solicitação para tombamento do imóvel da rua da Relação, esquina de Inválidos, no município do Rio de Janeiro justifica-se principalmente pela celebração necessária dos brasileiros que ali foram torturados pelas suas ideias e práticas políticas progressistas e populares;
2. É meu parecer que além desse valor histórico inegável e altamente expressivo, vale o próprio imóvel por sua fisionomia arquitetônica típica do gosto eclético que dominou todo o centro tradicional do Rio de Janeiro e está hoje, em parte, protegido pela legislação do Corredor Cultural;
3. Tudo isso fica fartamente demonstrado pelos textos anexos e pelos estudos de análise morfológica da arquitetura – já iniciados por este INEPAC e que poderão integrar o presente processo, caso seja efetivada a preservação desejada e ainda em tempo de ser apreciada pelas autoridades competentes para a efetivação do tombamento definitivo nos termos da lei.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

CONSIDERANDO que o tombamento provisório teve como principal fundamento a preservação da memória das vítimas da violência no DOPS, tendo em vista sua história como local de violações de direitos (Documento 31.1, p. 14-18), o que representa um motivo determinante para a edição do ato e deve guiar também a destinação do espaço como centro de memória;

CONSIDERANDO que está em curso o processo de tombamento definitivo do imóvel no INEPAC, no qual também se estuda a criação de um espaço de memória voltado ao desenvolvimento de atividades culturais e sociais, com o objetivo de resgatar a história de lutas por direitos humanos e oferecer à sociedade um espaço de cultura e memória;

CONSIDERANDO que o IPHAN também instaurou, com fundamentos similares, processo de tombamento do imóvel e de sua documentação, que está em estágio final (Processo de Tombamento nº 1480-T-01);

CONSIDERANDO que o GT DOPS e o INEPAC apresentaram ao MPF relatórios que atestam a falta de conservação do ambiente e do acervo por parte do órgão responsável pelo imóvel;

CONSIDERANDO a Manifestação.SECEC/INEPAC SEI Nº474 (#132), na qual o INEPAC traz informações importantes sobre a atual situação do imóvel, notadamente o “avanço progressivo da degradação causada pela falta de conservação e manutenção preventiva de forma geral na identificação”, tendo ressaltado a necessidade de adoção de medidas urgentes;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

CONSIDERANDO que o INEPAC acresce que “dentro da urgência que o imóvel requer, deverão ser eliminadas todas as dúvidas com relação à propriedade da edificação histórica protegida pelo tombamento estadual, em vias de tombamento federal, autenticando desta forma as responsabilidades para o desenvolvimento das ações necessárias, inclusive, para contratações que se façam necessárias considerando a advertência ora destacada” (#132);

CONSIDERANDO que, em relatório após a visita técnica realizada em 03/10/2024, o INEPAC concluiu que as instalações do imóvel estão em situação precária, especialmente no que se refere à estrutura física e à segurança patrimonial do prédio (#137 e #138), podendo ser destacados os seguintes problemas:

- Desgaste avançado dos pisos de madeira na maioria das áreas da edificação;
- Infestação de cupins nos pisos, portas e janelas, que oferece riscos para a circulação de pessoas no prédio;
- Vazamentos decorrentes de situações desfavoráveis agravadas pela falta de manutenção;
- Risco iminente de queda dos vitrais, que necessitam de cuidados especiais para sua estabilização e restauração;
- Risco de ocorrência de pane no circuito elétrico, tendo em vista a precariedade das instalações; e
- Ausência de instalação de qualquer equipamento para combate a incêndio e pânico, deixando a edificação em maior estado de vulnerabilidade, podendo ocorrer sinistros com consequências de grandes proporções e com danos irreversíveis;

CONSIDERANDO que o INEPAC concluiu que “o estado de abandono do prédio é visível, inclusive, com a presença de morcegos em muitos espaços, aumentando o grau de insalubridade em cada ambiente com acúmulo de excrementos nos pisos” (#137 e



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

#138);

CONSIDERANDO que a SPU tem a incumbência de fiscalizar e zelar para que sejam mantidas a destinação e o interesse público, o uso e a integridade física dos imóveis pertencentes ao patrimônio da União (art. 11º da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998);

CONSIDERANDO a informação do Secretário-Executivo do Ministério da Cultura, no qual ele afirma que a SEPOL impediu em fevereiro deste ano a realização de vistoria técnica ao imóvel (Ofício nº 1120/2025/GSE/Minc – #204);

CONSIDERANDO que o argumento da SEPOL consistiu em afirmar que “o prédio encontra-se fechado à visitação pública, e para os casos de visitação técnica, o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC não recomenda a visitação, em razão do atual monitoramento da estabilidade do imóvel e garantia da segurança para evitar sinistro no prédio, após recente reforma” (Of. SEPOL/CHGAB Nº 198 - #204.3);

CONSIDERANDO que a negativa da SEPOL impede que a União exerça o seu poder fiscalizatório sobre o imóvel;

CONSIDERANDO que, na ocasião, foi utilizado o argumento da precariedade para impedir o acesso do ente federal para elaborar eventual diagnóstico que poderia embasar justamente a elaboração de propostas voltadas à preservação do imóvel e novas soluções de uso;

CONSIDERANDO que a forma como a documentação e o imóvel foram historicamente tratados corrobora a preocupação com a omissão na construção lugares de memória;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

CONSIDERANDO que, em resumo, o prédio pertence à União e foi tombado com vistas à preservação da memória das vítimas de regimes autoritários, impondo-se que a sua destinação se volte à construção de um centro de memória;

CONSIDERANDO que a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, em seu relatório final, recomendou a criação de espaços de memória e memoriais em locais que serviram, no período da ditadura militar, como centro de prisão, tortura e morte no estado do Rio de Janeiro, levando em consideração a diversidade social, racial, de gênero e dos segmentos LGBTQIA+¹³;

CONSIDERANDO que, em visita recente ao Brasil, o Relator Especial para Promoção da Verdade, Justiça e Reparação das Nações Unidas, Bernard Duhaime, constatou a falta de preservação em relação a locais em que ocorreram graves violações durante os anos de ditadura militar, tendo mencionado expressamente o prédio do DOPS no Rio de Janeiro e reforçado a demanda pela criação de centros de memória em tais locais, de maneira a proteger a memória social e enfrentar discursos de negacionismo e glorificação da ditadura militar:

Apesar desses importantes esforços no âmbito federal, noto com preocupação relatos sobre a falta de memorialização em inúmeros municípios e estados, apesar da existência de políticas federais nesse sentido. Da mesma forma, observo com grande preocupação a falta de preservação e memorialização de locais onde ocorreram graves violações dos direitos humanos, como o DOI-CODI (Departamento de Operações de Informações – Centro de Defesa Interna) em São Paulo e no Rio de Janeiro, o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) no Rio de Janeiro, e a Casa da Morte (em Petrópolis), que atualmente são administradas pela polícia ou pelas forças armadas, e estão abandonadas em condições terríveis, ou de propriedade privada. Endosso integralmente as demandas da sociedade civil para que essas instalações sejam preservadas e estabelecidas como locais de memória, sob a jurisdição de autoridades civis. Observo

¹³ RIO DE JANEIRO (Estado). Comissão da Verdade do Rio. Relatório / Comissão da Verdade do Rio. – Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015, p. 447.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

também com preocupação os atos de negacionismo de violações passadas e a glorificação da ditadura realizada durante o governo anterior¹⁴.

CONSIDERANDO a luta histórica dos movimentos sociais pela transformação do espaço da Rua da Relação, nº 40, em um centro de memória;

CONSIDERANDO que o sucesso do filme “Ainda Estou Aqui”, de Walter Salles, revigorou discussões públicas sobre a preservação e transformação desses espaços, a qual deve ser priorizada sobre iniciativas casuísticas que não levem em conta esse vínculo histórico;

RESOLVE:

I – RECOMENDAR ao MINISTÉRIO DE GESTÃO E INOVAÇÃO (MGI) e à SECRETARIA DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO (SPU) que adotem, no prazo de 60 dias, as providências necessárias para reverter o imóvel situado na Rua da Relação nº 38/40 ao patrimônio da União, com o fim de garantir sua preservação e proteção, bem como deem início às medidas necessárias junto aos órgãos e instituições federais para a sua destinação como centro de memória em defesa dos direitos humanos e dos grupos sociais que foram vítimas diretas ou indiretas da violência do Estado naquele prédio;

II – RECOMENDAR ao ESTADO DO RIO DE JANEIRO e à SECRETARIA DE POLÍCIA CIVIL DO RIO DE JANEIRO que não oponham qualquer embaraço à atuação da União em relação ao imóvel em questão, franqueando acesso imediato e permanente ao espaço para a adoção das medidas necessárias relacionadas ao item I, e que não imponham obstáculos ao acesso da União e de entes da Administração federal direta e

¹⁴ Relatório disponível em: < https://brasil.un.org/sites/default/files/2025-04/Preliminary%20observations%20Brazil%20FINAL_PORT_1.pdf >.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro

Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão

indireta a imóveis federais que se encontrem em sua posse, tendo em vista a necessidade de preservação de sua estrutura física, tratamento de documentação de interesse histórico e avaliações destinadas à implantação do centro de memória.

Encaminhe-se a presente recomendação, para conhecimento e providências, ao Ministério de Gestão e Inovação, à Secretária de Patrimônio da União, à Superintendente do Patrimônio da União no Rio de Janeiro, ao Ministério de Direitos Humanos e Cidadania, ao Ministério da Cultura, ao Governador do Estado do Rio de Janeiro e ao Secretário de Polícia Civil. Os destinatário deverão informar, no prazo de 30 dias, as providências a serem adotadas.

Encaminhe-se, para conhecimento, ao Advogado-Geral da União, ao Diretor-Geral do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, ao Presidente do INEPAC, ao Presidente do IPHAN, à Superintendente do IPHAN no Rio de Janeiro e ao Coletivo RJ Memória Justiça Verdade e Reparação.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2025.

ASSINADA DIGITALMENTE

Julio José Araujo Junior

Procurador da República

Procurador Regional dos Direitos do Cidadão Adjunto